



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

França, Guiana Francesa e a fragmentação da Amazônia política: regionalismo ambiental amazônico, governança multinível e perspectivas pós/decoloniais

Demetrius Cesário Pereira – ESPM e Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

Rafael Assumpção Rocha – Universidade Federal de Pelotas

Luciene Patricia Canoa de Godoy – Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

Resumo

O texto discute porque a Guiana Francesa, território europeu situado integralmente no bioma amazônico, não participa da OTCA e como isso fragmenta a “Amazônia política”. Argumenta-se que, por ser simultaneamente departamento francês e Região Ultraperiférica da União Europeia, a Guiana é regida por normas e políticas europeias que configuram uma ordem regional estendida distinta daquela organizada pela OTCA, marcada por um regionalismo ambiental amazônico intergovernamental, estatocêntrico e sul-americano. A partir de debates sobre novo regionalismo, governança global e multinível, multiescalaridade e complexos regionais de segurança, o trabalho mostra que se sobrepõem, na fronteira Amapá–Guiana Francesa, um arranjo regional amazônico e uma ordem europeia, produzindo fronteiras institucionais duras em um espaço ecológico contínuo. Perspectivas pós-coloniais e decoloniais permitem ler essa configuração como atualização de formas de colonialidade na governança da Amazônia, dado o papel da Europa na definição de padrões ambientais e de financiamento. Conclui-se que a ausência da Guiana Francesa na OTCA decorre de limites estruturais do modelo de regionalismo adotado, e não apenas de falta de vontade política, apontando a necessidade de pensar a integração regional à luz de ordens regionais sobrepostas e assimétricas.

Palavras-chave: Guiana Francesa; Amazônia; OTCA; regionalismo ambiental; geografia política.

Introdução e problema de pesquisa

A presença da Guiana Francesa no bioma amazônico cria uma situação singular em que um território europeu, integrado ao Estado francês e à União Europeia (UE), compartilha fronteiras e ecossistemas com Estados sul-americanos (BRASIL, 2023; UNIÃO EUROPEIA, 2007). Essa configuração tensiona a relação entre a continuidade ecológica da “Amazônia físico-biogeográfica” e a segmentação da “Amazônia política”, produzida por soberanias, regimes regulatórios e arranjos de governança heterogêneos, como já indicava Becker ao analisar a região como espaço geopolítico em disputa (BECKER, 2005). No plano regional, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) institucionaliza um regionalismo ambiental amazônico intergovernamental, concebido como cooperação entre Estados amazônicos e caracterizado por Rocha, Pereira e Godoy (2025) como “regionalismo superficial assimétrico brasileiro”. A não participação da Guiana Francesa na OTCA constitui um caso-limite para pensar integração regional,

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

governança ambiental e assimetrias pós/neo-coloniais na Amazônia. Pergunta-se como a condição multiescalar da Guiana Francesa — território subnacional francês, Região Ultraperiférica (RUP) da UE e parte do bioma amazônico — se articula com dinâmicas de governança global e multinível para produzir uma fronteira institucional que fragmenta o regionalismo ambiental amazônico e reconfigura espaços de cooperação e conflito.

Objetivos e originalidade

O objetivo geral é analisar, em chave teórico-conceitual, os limites à participação da Guiana Francesa no regionalismo ambiental amazônico organizado em torno da OTCA, enfatizando a interface entre geografia política e relações internacionais. Especificamente, busca-se: (a) discutir o regionalismo ambiental amazônico como projeto político espacializante, que define atores legítimos e espacialidades reconhecidas como “regionais” (ROCHA; PEREIRA; GODOY, 2025); (b) articular governança global, governança multinível e multiescalaridade para compreender a posição da Guiana Francesa entre escalas locais, nacionais, regionais e supranacionais (ALMEIDA, 2005; BETSILL; BULKELEY, 2006); e (c) mobilizar perspectivas pós-coloniais e decoloniais em Relações Internacionais para problematizar a presença de uma RUP europeia na Amazônia como expressão de continuidades coloniais na produção do espaço regional (QUIJANO, 2005; TOLEDO, 2021). A originalidade reside em aproximar a literatura de regionalismo ambiental amazônico de debates sobre governança multinível e multiescalaridade, interpretar OTCA e Guiana Francesa à luz de debates pós/decoloniais e situar o GT 5 como espaço de diálogo entre regionalismo, geopolítica amazônica e crítica ao eurocentrismo, evidenciando como ordens regionais sobrepostas produzem novos espaços de cooperação e conflito internacional (BUZAN; WÆVER, 2003; ACHARYA, 2009; BECKER, 2005; BRICEÑO-RUIZ; RIBEIRO HOFFMANN, 2015).

Referencial teórico-conceitual

O referencial teórico articula Geografia e Relações Internacionais em quatro eixos. Primeiro, dialoga-se com a literatura de regionalismo e integração regional, que concebe o regionalismo como projeto político (HETTNE; SÖDERBAUM, 1999; HOUT, 2003; PAUL, 2012). O “novo regionalismo” enfatiza o caráter relacional e multiator dos processos regionais e o conceito de “regionness”, isto é, o grau em que uma região se torna ator dotado de identidade e capacidade de ação (HETTNE; SÖDERBAUM, 1999). Buzan e Wæver (2003) tratam de “complexos regionais de segurança”; Acharya (2009) destaca comunidades de segurança construídas a partir de normas e práticas localmente enraizadas; e estudos sobre regionalismo pós-hegemônico na América do Sul sublinham assimetrias, disputas de liderança e resistências à hegemonia (BRICEÑO-RUIZ; RIBEIRO HOFFMANN, 2015; GIACALONE, 2018; SARAIVA, 2013). Em segundo lugar,

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

insere-se o regionalismo amazônico nesse debate: a OTCA é interpretada como regionalismo ambiental de baixa densidade institucional, focado na coordenação interestatal e na defesa da soberania dos Estados amazônicos (SILVA, 2013; ROCHA; PEREIRA; GODOY, 2025), em diálogo com a leitura de Becker (2005) da Amazônia como região geopolítica em disputa. Em terceiro lugar, mobiliza-se o debate sobre governança global e multinível, aproximando-o da multiescalaridade em geografia política: a governança global enfatiza a multiplicidade de atores e arenas decisórias (YOUNG, 2010; ALMEIDA, 2005); a governança multinível destaca a distribuição de competências entre níveis global, regional, nacional e local (BETSILL; BULKELEY, 2006); e a geografia política sublinha como decisões em Bruxelas ou Paris se materializam em normas e práticas na Guiana Francesa, enquanto dinâmicas na fronteira Amapá–Guiana Francesa repercutem em escalas regionais e globais (BECKER, 2005; CHAGAS, 2019). Por fim, recorre-se à linguagem de arranjos e ordens regionais: a OTCA é compreendida como arranjo amazônico de baixa institucionalização, enquanto a combinação França–UE–Guiana Francesa configura uma ordem regional sobreposta que projeta normas europeias de proteção ambiental, comércio e controle de fronteiras sobre o bioma, produzindo ordens justapostas que se encontram na fronteira Amapá–Guiana Francesa (UNIÃO EUROPEIA, 2007; OTCA, 2013; DESIDERÁ NETO, 2010; NEVES; HONÓRIO, 2024).

Perspectivas pós/decoloniais e produção da região

Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em RI problematizam as continuidades coloniais na configuração dessas ordens regionais. Quijano (2005) e Mignolo (2010) discutem a colonialidade do poder, do saber e do ser como matriz que estrutura hierarquias globais, enquanto Santos e Meneses (2010) e Toledo (2021) enfatizam “epistemologias do Sul” e crítica ao eurocentrismo disciplinar. Nesse quadro, a Guiana Francesa pode ser interpretada como vestígio e atualização de uma geografia colonial no interior da Amazônia, em que a Europa permanece produtora de normas e padrões ambientais globais, enquanto atores amazônicos ocupam posições subalternas na definição do que conta como “boa governança” do bioma (SANTOS; MENESES, 2010; CHAGAS, 2019). Ao articular esses debates com a geografia política, a Amazônia aparece como espaço de disputa ambiental, geopolítica e epistêmica sobre quem define a região, suas fronteiras e seus futuros.

Procedimentos metodológicos e fontes

O trabalho combina reflexão teórico-conceitual com análise documental qualitativa. No plano jurídico-institucional, são examinados o Tratado de Cooperação Amazônica de 1978, resoluções ministeriais, declarações presidenciais e documentos da OTCA, incluindo a sistematização de sua base jurídica e a atualização recente da agenda amazônica, como a Declaração de Belém e a documentação da Cúpula da Amazônia

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

divulgadas pelo Itamaraty (OTCA, 2013; BRASIL, 2023). No plano europeu, mobiliza-se o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, em especial o artigo relativo às Regiões Ultraperiféricas, além de atos normativos ambientais selecionados e documentos da Comissão Europeia sobre RUPs e coesão territorial (UNIÃO EUROPEIA, 2007). Essas fontes são cotejadas com bibliografia especializada em geopolítica da Amazônia, regionalismo ambiental amazônico, regionalismo e segurança regional, governança global e multinível, bem como com literatura pós-colonial e decolonial em RI sobre colonialidade do poder e epistemologias do Sul (BECKER, 2005; ROCHA; PEREIRA; GODOY, 2025; QUIJANO, 2005; TOLEDO, 2021). Em termos de recorte, privilegia-se a análise da posição institucional da Guiana Francesa na arquitetura França–UE–RUP e de instrumentos de cooperação transfronteiriça com o Brasil e o Suriname.

Resultados preliminares e relevância para o GT 5

Os resultados teóricos preliminares indicam que o regionalismo ambiental amazônico, tal como institucionalizado pela OTCA, é concebido como arranjo regional explicitamente sul-americano e estatocêntrico, no qual apenas Estados soberanos amazônicos são reconhecidos como membros (BRASIL, 2023; OTCA, 2013). Nessa moldura, a Guiana Francesa, enquanto território subnacional, não possui personalidade internacional para integrar a organização, e a França, embora potência com território amazônico, não figura como destinatária natural de um regionalismo voltado à afirmação da autonomia da América do Sul em relação a atores externos (ROCHA; PEREIRA; GODOY, 2025). Ao mesmo tempo, o ordenamento europeu estendido à Guiana internaliza o bioma amazônico na ordem regional da UE, estabelecendo padrões normativos que não são determinados pelos países amazônicos (UNIÃO EUROPEIA, 2007). Tem-se, assim, ordens regionais justapostas: uma ordem amazônica sul-americana, de baixa densidade institucional, e uma ordem europeia estendida, de alta densidade normativa. À luz das perspectivas pós-coloniais e decoloniais, essa justaposição pode ser lida como atualização de formas de colonialidade na governança ambiental da Amazônia (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2010; TOLEDO, 2021). A Guiana Francesa torna-se um espaço em que a Europa está “dentro” da Amazônia, não apenas por presença territorial, mas por poder normativo e epistêmico, definindo padrões de proteção ambiental, critérios de sustentabilidade e condicionalidades associadas a fluxos de financiamento e tecnologias (SANTOS; MENESES, 2010; CHAGAS, 2019). Isso tensiona a narrativa de uma Amazônia governada exclusivamente por seus Estados sul-americanos e evidencia que a integração regional precisa lidar com regionalismos sobrepostos, hierarquias de poder e conflitos entre ordens regionais. A fragmentação da Amazônia política, portanto, decorre de uma arquitetura de governança global e regional que reproduz, em novas formas, desigualdades entre centro e periferia (ALMEIDA, 2005; YOUNG, 2010). Argumenta-se que a não participação da Guiana Francesa na OTCA é menos desvio

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

contingente e mais sintoma de limites estruturais de um regionalismo ambiental amazônico estatocêntrico diante de uma realidade multiescalar e pós/neo-colonial (ROCHA; PEREIRA; GODOY, 2025; QUIJANO, 2005). Ao articular regionalismo ambiental amazônico, governança multinível, multiescalaridade e perspectivas pós/decoloniais, o trabalho busca mostrar como ordens regionais sobrepostas produzem fronteiras institucionais duras no interior do bioma, com impactos na governança ambiental, na soberania e na produção de novos espaços de cooperação e conflito internacional (BECKER, 2005; BRICEÑO-RUIZ; RIBEIRO HOFFMANN, 2015; DESIDERÁ NETO, 2010; NEVES; HONÓRIO, 2024).

Referências

ACHARYA, A. Constructing a Security Community in Southeast Asia: ASEAN and the problem of regional order. 2. ed. London: Routledge, 2009.

ALMEIDA, A. W. B. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 45-69, 2005.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BETSILL, M.; BULKELEY, H. Cities and the multilevel governance of global climate change. Global Governance, v. 12, n. 2, p. 141-159, 2006.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Brasília, 2023.

BRICEÑO-RUIZ, J.; RIBEIRO HOFFMANN, A. (org.). Post-Hegemonic Regionalism in the Americas: towards a Pacific-Atlantic divide? Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015.

BUZAN, B.; WÆVER, O. Regions and Powers: the structure of international security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CHAGAS, A. R. Política ambiental na Amazônia e as epistemologias do Sul. Macapá: Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, 2019.

DESIDERÁ NETO, W. A. O Brasil e as novas dimensões da integração regional. Brasília: IPEA, 2010.

GIACALONE, R. El regionalismo asimétrico como eje de la resistencia sudamericana a Brasil (2000-2013). Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad, Bogotá, v. 13, n. 1, p. 163-192, 2018.

HETTNE, B.; SÖDERBAUM, F. Theorising the rise of regionness. In: HETTNE, B.; INOTAI, A.; SUNKEL, O. (org.). Globalism and the New Regionalism. London: Macmillan, 1999. p. 33-58.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

HOUT, W. Theories of International Relations and the New Regionalism. In: SÖDERBAUM, F.; SHAW, T. M. (org.). Theories of New Regionalism. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003. p. 21-38.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade do poder e a classificação social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). Epistemologias do Sul. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010. p. 33-67.

NEVES, B. C.; HONÓRIO, K. dos S. Infrastructure as a geopolitical lever: strategic dynamics in Latin America's global power struggle. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 67, n. 2, e021, 2024.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA). Base jurídica do Tratado de Cooperação Amazônica: atualização resumida 2003-2012. Brasília: OTCA, 2013.

PAUL, T. V. (org.). International Relations Theory and Regional Transformation. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

ROCHA, R. A.; PEREIRA, D. C.; GODOY, L. P. C. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e o regionalismo superficial brasileiro em dois tempos. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 14, n. 27, p. 108-131, 2025.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). Epistemologias do Sul. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2010.

SARAIVA, M. G. Novas abordagens para análise dos processos de integração na América do Sul: o caso brasileiro. Carta Internacional, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 3-21, 2013.

SILVA, R. I. O multilateralismo amazônico, entre êxitos geopolíticos e entraves executivos: trajetória do processo de cooperação de 1978 a 2012. Brazilian Journal of International Relations, Marília, v. 2, n. 3, p. 533-559, 2013.

TOLEDO, A. (org.). Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais. Salvador: EDUFBA, 2021.

UNIÃO EUROPEIA. Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Lisboa, 2007.

YOUNG, O. R. Institutional dynamics: emergence, change and decay of international institutions. Ithaca: Cornell University Press, 2010.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/